

Mobilização ou Desmobilização? As mudanças no repertório de ação do MST frente ao governo Dilma

Marcos Paulo Campos (IESP-UERJ)

INTRODUÇÃO

Neste trabalho discuto a relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o governo Dilma por meio de duas lentes analíticas, são elas: o repertório de ação com o qual o MST se dirige ao poder executivo federal e a espacialização da interação entre o Movimento e o governo na conjuntura política contemporânea. Esta reflexão coloca em questão um tema que circula nas grandes mídias, nos debates acadêmicos e nas discussões políticas: o MST estaria em plena desmobilização frente às gestões presidenciais petistas?

Se, nas últimas décadas do século passado, a relevância do MST expressou-se na sua capacidade de mobilizar a atenção do país em manifestações que recolocaram o tema do reordenamento agrário na agenda pública nacional, mais recentemente, as grandes mídias, os intelectuais e os debates políticos passaram a afirmar certa redução da importância do Movimento na política brasileira. Segundo as grandes mídias, as dificuldades de mobilização social, o excesso de hierarquização, a proximidade com a política agrária governamental e a degeneração do discurso ideológico do MST são elementos evocados para compor os motivos do ocaso do Movimento que, nas últimas três décadas, ocupou terras para questionar a concentração fundiária brasileira em sua luta por reforma agrária. A revista semanal nacional “Isto É”, em 21 de setembro de 2011, trouxe em sua capa como frase-título “O Fim do MST” e as seguintes afirmações como *lead*: “Os sem-terra perdem apoio e deixam de atrair os batalhões de excluídos que fizeram sua história”. E complementa, dizendo que “O avanço da economia e o combate à miséria esvaziaram o movimento. As novas lideranças formam uma facção radical que só briga por verbas públicas”.

As afirmações da revista se somam à produção intelectual que tematiza a redução da importância da reforma agrária na atualidade. Segundo Zander Navarro, “a reforma agrária brasileira concluiu seu ciclo de vida” (2013, p. 2). Isso porque, segundo o autor:

reforma agrária como “questão nacional”, em face do desenvolvimento agrário dos últimos 50 anos, deixou de existir no Brasil, e sua necessidade, nos dias atuais, distancia-se de qualquer patamar politicamente decisivo. Reforma agrária, atualmente, apenas responde à oportunidade de aumentar o estoque de ocupações rurais, o que é crucial apenas em regiões determinadas, particularmente no Nordeste, mas apenas pontualmente nos demais casos (NAVARRO, 2001, p. 95).

As afirmações acima dão razão aos termos da revista “Isto É”. Zander Navarro aponta a possibilidade da desmobilização vivida pelo MST ser compreendida pela perda de sentido de sua principal bandeira de luta. O enfraquecimento do MST como agente do campo político nacional estaria, portanto, comprovado por sua evidência noticiada e pela racionalidade própria às mudanças na economia agrícola informadas pelos argumentos de Navarro. Isso encerraria os debates sobre a desmobilização dos sem-terra não fosse uma variável incômoda: a realização do VI Congresso Nacional do MST em 2014 com aproximadamente 15 mil trabalhadores rurais, número recorde de participantes. Esse dado exige reavaliar a compreensão sobre a atuação do MST na atual conjuntura política, mobilizando um arcabouço teórico atento às mudanças ocorridas no repertório de ação promovido pelo Movimento em sua interação com os governos nacionais petistas.

Os repertórios de ação como caminho metodológico

Charles Tilly (1977) cunhou a noção de repertórios de ação como um instrumento conceitual para compreender as formas de apresentação de demandas utilizadas pelos mais diversos grupos sociais em situações de conflito político. Os repertórios de ação são o conjunto de recursos práticos de uma mobilização coletiva exercitados nas situações de contestação. Esses repertórios são acionados pelos movimentos sociais no momento da exposição pública de suas demandas e em seus enfrentamentos políticos diretos, pois “a group with a claim to make assemblies in a public place, identifies itself and its demands or complaints in a visible way, orients its common action to the persons, properties, or symbols of some other group it is seeking to influence” (TILLY, 1978, p. 151). Segundo o autor, embora sejam limitadas as formas de ação disponíveis, o referido conceito pode mais que reconhecer e caracterizar

os repertórios. Para Tilly, com a referida noção, “we can gauge the importance of repertoires by comparing the successive choices of similar groups and by observing innovation and diffusion in the means of action” (p. 153, 1978). É nesse sentido que retomo o referencial proposto por Tilly, ou seja, como uma via analítica para o entendimento das formas de apresentação de demandas que marcam tanto a história do MST como as mudanças de sua forma de atuar frente ao governo Dilma. Há grupos, segundo o autor, com repertórios rígidos que só mobilizam meios (considerados) infalíveis de mobilização, ou melhor, meios com alta chance de eficácia. A inovação, nesses grupos, só ocorre com crises e cisões. No entanto, Tilly fala também de grupos que mobilizam repertórios flexíveis, ou seja, repertórios que permitem mudanças graduais em suas formas de atuação. Entre esses, compreendo o MST. Contudo, não pretendo que a comparação dessa conjuntura com outros momentos vividos pelo Movimento hierarquize circunstâncias de maior ou menor importância política do MST, mas sim desejo identificar mudanças graduais em seu padrão de ações reveladoras de sua face contemporânea, tendo como pergunta de fundo a interrogação sobre seu possível enfraquecimento político na conjuntura dos governos nacionais petistas. Durante o governo Lula, segundo Breno Bringel:

Se consolida así la marcha como forma de acción efectiva para interpelar al poder político. Si el centro de decisiones está en Brasilia hacia allá marcharon miles de militantes del MST en mayo de 2005. Como forma de presionar al gobierno en el camino de la Reforma Agraria caminaron los más de 200 kilómetros que separan Goiania de la capital brasileña, hasta ocupar con banderas rojas la *Esplanada dos ministerios*, suscitando el debate de cuestiones teóricas y políticas profundas que exige la comprensión de una nueva configuración que incluya el plano geográfico y geopolítico. (2006, p. 38).

A citação acima indica que, no contexto dos enfrentamentos do MST com o governo Lula, houve uma mudança no padrão de ação do Movimento marcada pela redução de sua expansão para novas áreas. A estratégia de territorialização via ocupações de terra (FERNANDES, 2000), ocorrida desde sua fundação em 1984, deu lugar à mobilização dos contingentes de trabalhadores rurais de áreas já organizadas pelo Movimento para a participação em mobilizações nacionais. Dentre essas, as marchas nacionais à capital federal assumiram destaque devido à visibilidade midiática, à repercussão política e ao poder de agendar o tema agrário na pauta do executivo e do

legislativo. O conceito de repertório de ação é fecundo ao entendimento das mudanças nas formas de ação política, acionadas pelo MST frente ao governo Dilma, porque é um instrumento analítico afeito à percepção de mudanças e permanências do fazer político próprio aos movimentos sociais numa dada conjuntura política.

Breve histórico do MST

Devo pontuar que o MST surge no início da década de 1980 como movimento social rural voltado à luta contra a estrutura fundiária brasileira marcada tanto pela concentração de terra como, desde meados do século passado, pelo processo de mecanização da produção agrícola que excluía e exclui do trabalho a mão-de-obra outrora empregada. Nesse processo, saem os lavradores, entram as máquinas e ficam intocadas as relações de propriedade. A luta por terra para moradia e trabalho faz do MST uma mobilização política voltada à demanda por condições dignas de reprodução social dos trabalhadores no campo.

O MST atua com um ideário político que não se resume à demanda por reforma agrária. Ao contrário, nas falas de seus líderes e em seus documentos o Movimento crítica o capitalismo e defende o socialismo como modelo de sociedade, vinculando a luta por reordenamento agrário a uma ampla transformação da sociedade. O MST assume destaque no cenário político nacional devido a diversos fatores, entre os quais, é possível destacar o fato de sua organização ter atingido uma extensão territorial nacional, bem como a centralidade da ocupação permanente de fazendas improdutivas em sua estratégia de luta por reforma agrária. Contudo, no repertório de ação do MST, a ocupação de fazendas com famílias de trabalhadores rurais sem terra é uma entre muitas formas possíveis de luta. Acampamentos, permanência de sem terras em prédios públicos, caminhadas, obstrução de estradas, seminários e marchas figuram como possibilidades de seu repertório de ação acionadas conforme a circunstância política. As marchas nacionais, contudo, se notabilizam entre as referidas formas de mobilização do Movimento por seu amplo número de participantes e por sua considerável repercussão pública (midiática e política). Um exemplo disso foi a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, realizada pelo MST em 1997, no governo FHC, e anotada em etnografia feita por Cristine Chaves (2000), que contou com mobilização

comparável aos comícios pela redemocratização nos anos de 1980. Para Chaves, a Marcha foi um “fato criador de fatos, visava fazer notícia e constituir opinião” (2000, p. 11). Além disso, as marchas são um momento de exposição pública do potencial mobilizador do MST e da percepção que o Movimento tem da situação política enfrentada pela reforma agrária no país. Por essa relevância, a marcha realizada pelo Movimento na capital federal no ano de 2012, em que há forte exposição de sua compreensão sobre a pauta agrária no governo Dilma, será explorada neste texto. Isso se somará à análise dos dados quantitativos sobre ocupações de terra no esforço de deciframento da relação entre o MST e a atual conjuntura política.

O MST e os governos nacionais do PT

A conjuntura política em foco nesse trabalho, o governo Dilma, é problemática para o MST. Isso quer dizer que o Movimento, desde a eleição do governo Lula (2003-2010), do qual o governo Dilma é continuidade política, enfrenta o fato de demandar a reforma agrária diante de governos que receberam seu apoio eleitoral. Mais que isso, o MST está diante de governos cuja direção política está a cargo do Partido dos Trabalhadores com o qual o Movimento sempre teve proximidade. João Pedro Stédile, membro da coordenação nacional do MST, afirma que “por acreditarmos no caráter classista do PT, ajudamos a fundá-lo em vários lugares” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 36). A fala do dirigente indica uma aproximação histórica entre MST e PT, ou seja, desde quando surgiram, no contexto das lutas pela reconstrução democrática brasileira ocorrida nos anos de 1970 e 1980, o MST e o PT estabeleceram relações de apoio mútuo.

Em 2002, o PT concorreu, pela quarta vez, à Presidência da República. O candidato era o mesmo das disputas anteriores, Luís Inácio Lula da Silva. Ex - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, fundador do PT e da CUT, Lula da Silva é uma liderança identificada com a luta pela reforma agrária e com o MST que o apoiou em todos os pleitos. Contudo, as condições da eleição de Lula em 2002 diferem das situações anteriores. A chapa encabeçada pelo petista, historicamente aliada a partidos tradicionais da esquerda brasileira, foi composta com o senador e empresário José Alencar do Partido Liberal (PL) na condição de vice. Os programas de governo

defendidos por Lula, em outras disputas eleitorais, afirmavam uma reforma agrária a ser realizada com desapropriações em larga escala e a possibilidade de enfrentamento com o latifúndio. No quarto pleito, Lula passou a afirmar a possibilidade de desenvolver a agricultura familiar em paralelo à agricultura empresarial. Além disso, o empresariado da indústria, do comércio, das comunicações, do setor financeiro e, também, do agronegócio aderiu à campanha, sobretudo, após a divulgação de uma carta onde o próprio candidato comprometia seu possível governo com os contratos firmados pela gestão neoliberal anterior.

Em sua composição, o governo incorporou a aliança que elegeu Lula. Os ministérios e secretarias foram ocupados tanto por pessoas reconhecidamente comprometidas com a luta pela terra como por representantes de setores agroindustriais. O governo Lula configurou, portanto, uma realidade nova para os sem-terra. Pela primeira vez, o Movimento esteve frente a um governo cuja história se confundia com as lutas sociais das últimas décadas, porém esse mesmo governo é também integrado por setores antagônicos às reivindicações do MST. Nesse sentido, a perspectiva de desenvolver a agricultura familiar em paralelo à agricultura empresarial, defendida por Lula na campanha eleitoral, orientou a composição de seu ministério. Nele reuniram-se pessoas reconhecidamente comprometidas com a luta dos sem-terra, como Miguel Rossetto no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), petista próximo ao MST do estado do Rio Grande do Sul. Mas, o setor agroindustrial também marcou presença na equipe, tendo o Ministério da Agricultura sob a responsabilidade de Roberto Rodrigues que saiu da presidência da Associação Brasileira de Agrobusiness para assumir a pasta.

Frente a essa composição, Breno Bringel afirma que “el cambio discursivo del MST há sido paulatino, pero constante. (...)También ha variado las prácticas espaciales a través de las cuales el MST tenta influir y pressionar em los debates políticos locales y nacionales” (2006, p. 37). Além das mudanças estratégicas e espaciais da ação do Movimento frente ao governo Lula apontadas pelo autor, a posição eleitoral assumida pelo Movimento sofreu variações. Se, em 2006, o MST acabou antecipando a apresentação pública de seu apoio à reeleição de Lula devido ao contexto de crise por qual passava seu governo, em 2010, ano em que Dilma foi candidata pelo PT para suceder Lula, o Movimento só declarou publicamente apoio no segundo turno do pleito.

O governo Dilma mantém, em linhas gerais, as diretrizes políticas e programáticas do governo Lula. Contudo, no plano da política de reforma agrária, passou a ter espaço no governo a ideia de que os investimentos no campo deveriam ser feitos no sentido de melhorar as condições de vida e produção nos assentamentos rurais já existentes. Novas desapropriações só teriam espaço na agenda estatal após um amplo processo de qualificação dos assentamentos rurais. Sobre isso, em seminário realizado na Associação Brasileira de Imprensa sediada no Rio de Janeiro, por ocasião da Jornada Nacional por Reforma Agrária e Justiça no Campo organizada pelo MST em abril de 2013, João Pedro Stédile afirmou: “é o mesmo que o governo dizer para os sem teto, para o movimento que luta pela moradia, que só vai dar casas para o povo quando reformar as que estão caindo nos morros”. O questionamento feito pelo dirigente do Movimento faz parte das tensões que marcam as relações entre o MST e os governos petistas. Nesse sentido, adentrar aos meandros de uma mobilização nacional do MST para pressionar o governo Dilma em favor da desapropriação de terras pode oferecer indicativos sobre o repertório de ação política que está sendo acionado pelo MST nessa conjuntura. É disso que trata a sessão a seguir.

A conjuntura em marcha: o MST em Brasília

Na manhã de 22 de agosto de 2012, desembarco no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek e sigo, imediatamente, em busca de um táxi para chegar, o mais rápido possível, à Esplanada dos Ministérios. Isso porque lá ocorria a marcha que encerrava o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado por ampla parceria entre o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e outros movimentos sociais e sindicais do campo. Ainda em direção à Esplanada, nas proximidades da Biblioteca Nacional, começo a perceber o trânsito engarrafado. Comento com taxista: “Brasília é, de fato, a capital brasileira. Igual às outras cidades do país, o trânsito não anda!”. Então, o taxista diz: “nesse horário é até melhor, mas parece que tem uns sem terra fazendo manifestação, sei lá... tá tudo parado”. Ao ouvir isso, digo: “senhor, quanto foi a corrida? Vou ficar por aqui mesmo”.

A decisão de sair do táxi e seguir aqueles que foram reconhecidos pelo taxista como os ‘sem terra’ se deu em virtude do desejo de realizar uma inserção etnográfica¹ num momento de forte exposição da posição política assumida pelo MST no contexto do governo Dilma. As notas que aqui apresento repõem a importância das marchas nacionais para o repertório de ação do MST, sendo também um momento de exposição de elaborações políticas internas ao Movimento fundamental para a compreensão de sua relação com a conjuntura.

Ao desembarcar nas proximidades da Biblioteca Nacional, passei a seguir os caminhantes. Logo percebi que a marcha estava, visivelmente, avermelhada devido aos participantes estarem vestidos com camisas vermelhas do Movimento e à presença de muitas bandeiras do MST e de outros movimentos e sindicatos rurais em que a tal cor predomina. A mobilização nacional estava composta de homens e mulheres bastante diversificados do ponto de vista geracional e étnico-racial. Havia um carro de som à frente que guiava o conjunto dos presentes, embora não se conseguisse ouvir ao final o que estava sendo dito no início da marcha. Por causa disso, muitas palavras de ordem foram entoadas ao longo do trajeto. Destaco uma delas, entoada em ritmo de marchinha carnavalesca por jovens vestidos com camisas do MST que estavam presentes, dizia assim:

Ô Dilma, ô Dilma, a culpa é sua...

...de todos do campo estarem na rua.

Os versos acima responsabilizam a presidenta da república pela insatisfação dos trabalhadores rurais reunidos em marcha. Isso repõe certa tradição do MST em dirigir suas reivindicações ao executivo federal, ente constitucionalmente responsável pela realização da reforma agrária. Depois de ouvir a marchinha, caminhei mais um pouco entre os presentes e encontrei um grupo significativo de pessoas identificadas com uma camisa em que estavam escritas, na parte das costas, as seguintes palavras: “Acampamento Frei Henri – Pará”. Um pouco mais à frente, encontro os militantes do

¹ Dentre as possibilidades apontadas pelo paradigma da etnografia *multi-sited*, o “follow the people” me parece o indicativo metodológico adequado à interação que desenvolvi para etnografar a ação do MST na capital federal em 2012. Isso porque seguir pessoas, segundo George Marcus (1995), seria a forma básica de uma etnografia multilocalizada na qual a ampliação dos espaços por quais passa o fluxo interessante à análise exige que o analista o acompanhe e, portanto, desloque-se tanto quanto os sujeitos observados.

MST do Ceará. Os presentes eram, principalmente, aqueles que se encontravam em acampamentos à beira das estradas, aguardando a desapropriação de terras próximas, e os membros da coordenação estadual do MST cearense. Encontrar membros de ocupações do Pará e do Ceará evidencia certa dimensão nacional que eu esperava encontrar. A esses indicativos se somam camisetas, faixas e bandeiras dispostas ao longo da marcha com siglas e indicações de Sergipe, Bahia, Maranhão, Roraima, Mato Grosso, Goiás, Minas, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Além dessa participação ampliada de populações rurais de todas as regiões do país, vale ressaltar que o fato desse encontro unitário e dessa marcha terem sido realizados numa articulação entre o MST, a CONTAG, a FETRAF, o MAB, o MPA e outras organizações de luta no campo Isso indica certa mudança no repertório do Movimento cujas ações, por vezes, foram dirigidas e executadas em comando exclusivo. Esse é um dado relevante e novo, revelado neste evento, ou seja, o Movimento estaria num esforço para potencializar sua demanda pela associação com outros movimentos sociais e sindicais que também atuam no campo e que nem sempre figuravam como aliados do MST ou nem sempre realizaram ações conjuntas com o Movimento. Nesse sentido, vale ressaltar que desde 1997 o MST realiza o “Abril Vermelho”. Essa estratégia articula um conjunto de ocupações de terras, estradas e prédios públicos para rememorar o massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás (PA)² e pressionar o governo de plantão a desapropriar fazendas. Ao longo de quase duas décadas de realização do “Abril Vermelho”, o MST, quase sempre, realiza os atos exclusivamente com seus membros. Portanto, estar em parceria com outras organizações não é uma situação absolutamente nova para o MST, mas assume forte significado devido à amplitude da mobilização que fizeram em agosto de 2012 na capital federal. Além disso, convém dizer que fazer pressão em conjunto significa não ter monopólio da negociação com o poder executivo no momento de processar as demandas apresentadas. Isso difere a marcha aqui anotada daquela ocorrida em 1997 e etnografada por Cristine Chaves, pois essa última assumia o caráter exclusivo de direção e mobilização por parte da coordenação nacional do MST.

² O massacre de Eldorado dos Carajás (PA) foi a ocorrência de 19 assassinatos de sem terras num conflito com a Polícia Militar do Pará em abril de 1996.

Seguimos caminhando pelo Eixo Monumental³ e, antes de chegarmos ao Palácio do Planalto, lugar de despacho presidencial, era possível perceber que o início da mobilização alcançava o referido Palácio enquanto os últimos participantes não haviam ainda feito a última curva. Isso demonstra a extensão da mobilização dos trabalhadores rurais na capital federal. Eu havia retornado ao final da marcha e pude ouvir quando as pessoas começaram a comentar entre si. Uma senhora que segurava uma faixa dizia: “olha, gente, como tá bonito”. Um homem que caminhava com a blusa do MAB disse: “nós tamo chegando pra falar com a Dilma”. Outra mulher comentou: “Brasília precisa disso toda semana”. As falas expressam certa celebração da ação coletiva que em nada pode ser considerada como exclusiva dessa marcha. Os espaços de mobilização popular, por vezes, reúnem pessoas em torno de questões políticas e acompanham essas reuniões de simbolizações do coletivo. Essa articulação entre símbolos políticos e outros universos simbólicos ocorreria, segundo Claude Rivière, porque “certas manifestações públicas ritualizadas, ao afirmar a integração de uma coletividade, exibem uma identidade e expressam um desejo de existir em comunhão com certos ideais” (1988, p. 7). Isso quer dizer que a interação coletiva por sentidos políticos que toma forma de movimento social reivindicativo não exclui, ao contrário, agrega outras simbolizações, inclusive aquelas que festejam o próprio fato de estar num coletivo, afirmando sua importância pela celebração do “nós”.

Ao chegar frente ao Palácio do Planalto aplausos efusivos e palavras de ordem acompanharam a movimentação das lideranças da marcha que formaram uma comissão para apresentar a pauta de reivindicações ao secretário-geral da presidência, Gilberto Carvalho. Uma dessas palavras de ordem dizia: “se o campo não faz a roça, a cidade não almoça”. Se, para a comissão de diálogo foram aplausos, para o Batalhão de Choque foram vaias. Os policiais chegaram logo depois dos manifestantes e ficaram de prontidão na área interna do Palácio. O MST e os movimentos sociais e sindicais ali reunidos tem histórico de conflito com forças de segurança e, por vezes, são vítimas de violência policial. Não é de se estranhar a hostilidade.

³ Avenida que se localiza no centro do Plano Piloto de Brasília e possui dezesseis quilômetros de extensão que interligam a Rodoferroviária de Brasília e a Praça dos Três Poderes. Essa última reúne os edifícios de trabalho do executivo, do legislativo e do judiciário federais.

Ao sair da reunião com o ministro, que durou cerca de meia-hora, Carmem Foro, membro da CONTAG e vice-presidenta da Central Única dos Trabalhadores, declarou: “Nós viemos dizer ao governo que queremos fortalecer a agroecologia e a reforma agrária que alimentam esse país. No jogo agronegócio-reforma agrária, o agronegócio está ganhando e o juiz e o bandeirinha estão com eles”. Essas declarações foram dadas aos repórteres de todos os ramos da imprensa nacional que, em suas mais diferentes expressões, estavam acompanhando as ocorrências. Depois das declarações à imprensa, os manifestantes se dirigiram à área próxima ao prédio do Congresso Nacional e finalizaram a marcha com as falas dos líderes dos mais diversos movimentos presentes, feitas em um carro de som, por volta das 14h.

A referida marcha permite reafirmar o que disse Tilly (1978) sobre a dificuldade de ampliação dos repertórios de ação dos movimentos sociais. Para o autor, o que ocorre é um maior uso de certas formas em detrimento de outras por razões conjunturais. Nesse sentido, o recurso à marcha nacional com direção compartilhada é a mais evidente mudança na ação do MST frente ao governo Dilma. Isso ocorreria em detrimento da forma “ocupação”? A sessão a seguir busca na espacialidade do Movimento as respostas para tal questão.

O MST frente ao governo Dilma

A partir da problemática inicial deste trabalho é possível repor a seguinte pergunta: o que tem sido chamado de desmobilização do MST é, na verdade, uma mudança no padrão de intervenção do Movimento em que as ocupações de terra deixam de ser a forma mais acionada de seu repertório de ação?

Em 2006, Breno Bringel, em artigo já citado anteriormente, percebeu uma importante alteração na estratégia do MST, ocorrida entre os anos de 2003 e 2006. Segundo o autor, o Movimento freou sua estratégia de expansão territorial nacional que se deu nos anos de 1980 e 1990, passando a realizar grandes mobilizações nacionais e ocupações de terra com amplos contingentes de famílias de trabalhadores sem terra nas regiões onde já estava estabelecido. Nas palavras de Bringel, houve

“una re-configuración estratégica por parte del MST de las zonas donde ocupar y cómo plantear el conflicto localmente, logrando el

máximo rendimento a sus acciones, espacializando las resistencias para acto seguido buscar el nexo, vínculo o interacciones de las mismas con las espacialidades que le rodean. (...) Las ocupaciones de tierra durante los cuatro años de gobierno Lula se dieron de forma más intensa en los estados de Pernambuco, Pará (Norte), São Paulo y Paraná (Sureste). Asimismo, percibimos la nula actividad en los estados de Sergipe, Amazonas, Amapá, Roraima y Tocantins, ubicaciones donde el MST no se ha territorializado y donde actúan más movimientos aislados” (2006, p. 38).

O máximo rendimento em mobilização de que fala o autor seria uma necessidade estratégica do Movimento na conjuntura política do primeiro mandato de Lula no qual a demonstração de potencial de mobilização social fazia parte do jogo de forças com vistas a influenciar a política agrária vigente. Frente à aliança do governo Lula, descrita há pouco, a forma encontrada pelo MST para disputar os rumos da intervenção estatal no campo com os setores antagônicos à reforma agrária que integravam o governo seria uma pressão “de fora para dentro” do campo governamental, ou seja, a permanente aglutinação de amplos contingentes de trabalhadores sem terra para demandar a realização de políticas públicas voltadas ao meio rural próximas ao programa agrário defendido pelo MST. Essa estratégia visava aproveitar o capital político (BOURDIEU, 2004) construído via mobilização no campo dos movimentos sociais para influir nas tomadas de decisões internas ao campo da política institucional. Há quem diga, como Luiz Werneck Vianna, que diante da reunião de segmentos antagônicos que marcou o governo Lula, as forças que disputam a orientação política da ação governamental agiram entendendo que “a melhor forma de vencer – ou não perder tudo – está em sua capacidade de arregimentar forças na sociedade civil” (2007, p. 53). Por conta disso, o trabalho de expansão territorial do MST sofreu uma inflexão em favor da forte mobilização para ocupação de terras naqueles estados da federação em que o Movimento já estava organizado há tempos.

Se, para Bringel, o primeiro mandato nacional petista significa muito mais uma mudança no repertório de ação do MST do que sua desmobilização, para este trabalho, o primeiro mandato de Dilma representa a possibilidade de se repensar a problemática da desmobilização num momento em que ela assume certa força devido à expressiva redução do número de ocupações de terra promovidas pelo MST. Assim espero propor um entendimento que supere a repetida e pouco verificada afirmação sobre “o fim do MST” sem desconsiderar a evidente redução de sua forma de ação mais conflitiva. Para

tanto, aproveitou os dados da Comissão Pastoral da Terra relativos às ocupações de terras ocorridas entre 2011 e 2014 para entender as mudanças conjunturais no repertório de ação do Movimento. Nesse sentido, durante o primeiro mandato da presidente Dilma, a tendência de redução das ocupações se mantém e se acentua. O quadro abaixo sintetiza as informações.

QUADRO 1 – OCUPAÇÕES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (2011)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Ocupações	Famílias mobilizadas	Ocupações lideradas pelo MST	Famílias em ocupações do MST
AC	0	0	0	0
AL	5	331	4	311
AM	0	0	0	0
AP	0	0	0	0
BA	39	7.337	36	7.110
CE	4	400	4	400
DF (Brasília)	1	300	1	300
ES	0	0	0	0
GO	3	111	1	80
MA	1	60	0	0
MG	9	936	3	312
MS	2	360	1	240
MT	4	800	3	750
PA	15	991	3	362
PB	4	440	3	400
PE	29	5.978	27	3.428
PI	0	0	0	0
PR	1	30	0	0
RJ	0	0	0	0
RN	0	0	0	0
RO	1	89	0	0
RR	0	0	0	0
RS	8	995	8	995
SC	5	550	4	520
SE	0	0	0	0
SP	51	2.586	50	2.516
TO	2	500	1	200
TOTAL	183	22.764	149	17.924

Fonte: CPT - Conflitos no Campo Brasil, 2011.

Os números de 2011 aproximam-se dos de 2002. Esse foi o ano da campanha presidencial vitoriosa de Lula em que o MST optou por reduzir as ocupações para não vinculá-las ao candidato petista que sempre foi identificado com o Movimento. Contudo, considerando a conjuntura política, o primeiro ano do mandato de Dilma fica

com números bem abaixo daqueles registrados no primeiro ano do governo Lula. Em 2003, foram registrados pela CPT 391 conflitos de terra, sendo ocupações de terra em sua maioria. Mesmo assim, a despeito da forte redução numérica, é importante registrar a manutenção da liderança do MST nesse repertório de ação da luta por reforma agrária. 81,5% das ocupações de terra realizadas no Brasil em 2011 foram organizadas pelo Movimento e 78,8% das famílias engajadas em ocupações foram mobilizadas pelo MST. Além disso, em conexão com os apontamentos de Breno Bringel, os estados de Pernambuco e São Paulo mantiveram a característica de ter quase a totalidade de suas ocupações de terra realizadas com direção exclusiva do Movimento. Contudo, o Pará e o Paraná, também apontados por Bringel pela pujança de sua mobilização, apresentam forte redução da liderança do MST em ocupações. No Pará, de quinze ocupações realizadas, apenas três foram organizadas pelo Movimento. No Paraná, só há registro de uma ocupação e essa não foi realizada pelo MST. Por outro lado, a Bahia passou a figurar como estado de forte organização popular na luta pela terra com 39 ocupações registradas, sendo 36 delas dirigidas pelo Movimento.

A inexistência de ocupações em Sergipe, Amazonas e Amapá, percebida por Bringel ao observar a ação do MST durante os quatro primeiros anos do governo Lula, se mantém e é acrescida da nula realização de ocupações também nos seguintes estados: Acre, Espírito Santo, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Assim, passa a 8 o número de estados que não registram nenhuma ocupação de terra em 2011. Vale lembrar que o MST está presente em 23 estados do país. Roraima e Tocantins, anteriormente registrados com nula atividade por Bringel, registram uma e duas ocupações de terra respectivamente. Mesmo assim, somente uma das ocupações realizada em Tocantins foi organizada pelo MST. A situação em 2012 chama ainda mais atenção. O quadro a seguir traz os números.

QUADRO 2 – OCUPAÇÕES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (2012)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Ocupações	Famílias mobilizadas	Ocupações lideradas pelo MST	Famílias em ocupações do MST
AC	2	220	0	0
AL	10	535	2	140
AM	0	0	0	0
AP	0	0	0	0
BA	29	5038	25	171

CE	1	200	1	200
DF (Brasília)	4	1590	2	720
ES	2	210	2	210
GO	13	929	1	500
MA	4	1006	2	900
MG	13	2275	6	752
MS	2	330	1	250
MT	3	527	0	0
PA	8	1039	0	0
PB	3	530	2	470
PE	38	2739	33	470
PI	0	0	0	0
PR	2	440	0	0
RJ	1	200	1	200
RN	0	0	0	0
RO	9	700	1	30
RR	0	0	0	0
RS	7	353	7	353
SC	2	170	2	170
SE	7	995	7	995
SP	31	1113	7	355
TO	1	80	0	0
TOTAL	192	21.219	112	6.886

Fonte: CPT - Conflitos no Campo Brasil, 2012.

Os números apresentados acima afirmam a continuidade da redução de ocupações de terra realizadas pelo MST. Os dados do quadro apontam que 58,3% das ocupações realizadas no Brasil em 2012 foram organizadas pelo Movimento. E apenas 32,4% das famílias engajadas em ocupações foram mobilizadas pelo MST. Em comparação com 2011, o ano de 2012 registra uma inflexão na tendência de redução das ocupações porque há aumento na realização dessa forma de ação. Contudo, nesta mesma comparação, há redução de ocupações lideradas pelo MST. Enquanto as ocupações em geral tiveram um aumento de quase 5%, as ocupações lideradas pelo Movimento decresceram 24,8%, saindo da marca de 149 em 2011 para 112 em 2012. A maior redução registrada está na quantidade de famílias mobilizadas pelo MST em ocupações. Nesse caso, a queda é de 61,6%. Esse percentual é alto mesmo se comparado à redução do número de famílias mobilizadas em ocupações de um ano para outro que chega a 6,8%.

Em 2013, a tendência de redução geral das ocupações é retomada e as ocupações lideradas pelo MST seguem diminuindo. Se, em 2012, o Movimento realizou 112 ocupações, em 2013, foram promovidas 80 ocupações. Esse dado indica uma redução

de 28,6% na quantidade de ocupações lideradas pelo MST quando comparados as anos de 2012 e 2013. O quadro abaixo reúne os dados sobre o período.

QUADRO 3 – OCUPAÇÕES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (2013)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Ocupações	Famílias mobilizadas	Ocupações lideradas pelo MST	Famílias em ocupações do MST
AC	10	787	0	0
AL	16	927	3	430
AM	0	0	0	0
AP	0	0	0	0
BA	10	1.050	4	325
CE	3	190	2	90
DF (Brasília)	4	1.050	3	600
ES	1	130	1	130
GO	7	771	1	300
MA	2	77	0	0
MG	9	730	6	570
MS	1	80	0	0
MT	5	398	1	40
PA	11	955	2	131
PB	4	2.047	2	1.700
PE	29	2.765	26	2.585
PI	1	350	1	350
PR	2	90	0	0
RJ	0	0	0	0
RN	1	1.800	1	1.800
RO	5	260	0	0
RR	0	0	0	0
RS	1	350	1	350
SC	0	0	0	0
SE	1	500	1	500
SP	34	2.914	20	1.906
TO	6	1.465	5	1.375
TOTAL	163	19.686	80	13.182

Fonte: CPT – Conflitos no Campo Brasil, 2013.

Essa queda no número de ocupações realizadas e de famílias engajadas nesse repertório de ação configura uma possível desmobilização do Movimento ou indica uma estratégia conjuntural diferenciada?

É fato, há um processo de forte diminuição das ocupação de terras e isso é reconhecido, até mesmo, na fala pública de dirigentes nacionais do MST. Alexandre Conceição, membro da coordenação nacional do Movimento, em entrevista dada ao

jornal O Globo no dia 23 de janeiro de 2014, afirmou que “a lentidão do governo para criar assentamentos é tão grande que as famílias de trabalhadores rurais perderam a perspectiva de conquistar a terra com ocupações”. Essa admissão da dificuldade em atrair famílias para participar de ocupações de terras vem acompanhada da crítica à política agrária do governo Dilma. A dificuldade de obter a desapropriação de terras ocupadas indica que há colaboração da política governamental para a mudança na forma de agir do MST. E mais, a pouca realização de ocupações deve ser entendida no contexto das múltiplas formas de luta integrantes do repertório de ações do Movimento. Caso contrário, um olhar exclusivo sobre a forma “ocupação” levaria a uma incompreensão sobre as mudanças no padrão de ação do Movimento frente ao governo Dilma e impediria entender como foi possível, diante desse quadro de redução das ocupações, realizar o VI Congresso do MST, em fevereiro de 2014, o quarto ano do mandato presidencial, com cerca de 14 mil trabalhadores rurais presentes em Brasília, sendo esse o maior número de participantes já registrado num congresso do Movimento. Entendo que tanto a redução de ocupações como a pujante mobilização do congresso podem ser pensadas no âmbito de uma mesma estratégia de ação impetrada pelo Movimento frente ao governo Dilma.

No quarto dia de congresso, a quinta-feira 13 de fevereiro, foi realizado o Ato Político em Defesa da Reforma Agrária. Nesse ato, estiveram presentes diversos movimentos sociais do campo e da cidade, representantes de todos os partidos de esquerda, das centrais sindicais, das delegações internacionais e do governo federal. Para esses convidados e para os 14 mil presentes, em nome da direção nacional do MST, falou João Pedro Stédile. Segundo ele, “nós aqui estamos terminando um trabalho de dois anos onde refletimos sobre os desafios da reforma agrária brasileira, do Brasil e do capitalismo. Esse aqui é o momento da unidade em cima do que nós refletimos”. Essa fala indica que o processo de discussão nas bases do Movimento, preparatório para o congresso, pode ter assumido uma relevância tal para a organização que o enfrentamento direto com a grande concentração de terra via ocupação acabou perdendo, progressivamente, espaço no repertório de ação do MST. Não seria uma novidade na história do Movimento esse período de refluxo. E mais, por essa via a sociologia dos movimentos sociais pode fugir à tentação, sempre forte, de considerar os momentos de ação direta e de maior visibilidade como sendo os momentos em que o

movimento social existe e atribuindo às situações de menor visibilidade de suas ações a classificação imprecisa de inexistência, de desarticulação ou refluxo. Isso só seria possível se os movimentos sociais aparecessem na cena pública “tal como o sol numa hora determinada” (THOMPSON, 1987, p. 9). Mas, os momentos de irrupção pública de uma ação coletiva são precedidos de articulações e movimentações pouco visíveis e mensuráveis, nem sempre claras ao olhar apressado, e, por vezes, submersas nos momentos de maior exposição social. Assim, a retórica sobre “o fim do MST” fica mais apropriada ao jogo classificatório do campo político porque desprovida de relação com a ocorrência objetiva da estratégia de atuação do MST frente ao governo petista. É importante registrar que, em 2014, conforme os dados da CPT, o MST realizou 92 ocupações de terra, ou seja, 15% mais que 2013. E ainda mobilizou 19.632 famílias nessas ocupações, sendo esse o maior número de famílias mobilizadas ao longo de todo o primeiro mandato de Dilma. O quadro abaixo resume essa comparação.

QUADRO 4 – OCUPAÇÕES E FAMÍLIAS MOBILIZADAS NO GOVERNO DILMA

ANO	Ocupações	Famílias mobilizadas	Ocupações lideradas pelo MST	Famílias em ocupações do MST
2011	183	22.764	149	17.924
2012	192	21.219	112	6.886
2013	163	19.686	80	13.182
2014	178	24.488	92	19.632

Considerações finais

Neste trabalho, abordei a relação do MST com o governo Dilma, tendo por referência os repertórios de ação utilizados pelo Movimento nessa relação conjuntural. Por essa via, percebi duas importantes alterações nas práticas de luta do Movimento, são elas: maior construção de ações em parceria com outros movimentos sociais do campo e redução da realização de ocupações em favor de mobilizações nacionais como marchas e seu congresso nacional. Essas afirmações confrontam diretamente a retórica que afirma certa desmobilização do MST no contexto dos governos Lula e Dilma. A

reflexão que fiz aponta uma possibilidade alternativa de interpretação para a ação do Movimento nesta conjuntura em que a redução da forma mais visível de seu repertório de ação, a ocupação de terra, é compreendida como parte de uma estratégia de recuo coordenado no qual a retração não indica perda de capacidade mobilizadora, mas uma mudança no repertório de ação do MST em favor de outros modos de intervenção e disputa política pela reforma agrária. O futuro próximo dará ou não razão ao que digo, mas o futuro, *a Deus pertence*.

Referências

BRINGEL, Breno M. El Lugar También Importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST. *Revista Nera*. Presidente Prudente, nº 9, p. 27-48, jul/dez. 2006

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

CAROU, Heriberto Cairo. Espaço y Política: por una teoría política situada. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, no 4, 2013, pp. 769 a 802.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006. 328p.

CHAVES, Cristine de A. *A Marcha Nacional dos Sem Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000

MARCUS, George E. “Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-sited Ethnography”. *Annual Review of Anthropology*. W. Durham, E.V. Daniel, and B. Schieffelin: Annual Reviews, Inc. Pp.: 95-117. 1995

RIVIÈRE, Claude. *Les Liturgies Politiques*. Presses Universitaires France. 1988

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3º ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa I*. São Paulo: Paz e Terra, 1987

TILLY, C. *From Mobilization to revolution*. Cambridge: Cambridge Press, 1978

TOURAINÉ, Alain. Na Fronteira dos Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, nº1, p. 17-28, jan/abr. 2006.

VEIGA, José Eli da. *Fundamentos do Agrorreformismo*. In: STÉDILE, J. P. (ORG). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre. 2ª ed. UFRGS. 1994, p. 68-93.

VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo do PT. *Política Democrática. Revista de política e cultura*. Ano V, nº 18, p. 45-53. 2007.

Vida Digna no Campo. Desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de segurança alimentar. Coligação Lula Presidente. 2002. Disponível em: www.pt.org.br